

# Adiamento das eleições municipais

18 MAI 1988

A grande movimentação política de ontem na Constituinte ficou por conta do deputado pernambucano Maurílio Ferreira Lima, do PMDB, o qual assumiu de público a defesa da emenda do deputado matogrossense Saulo Queiroz, do PFL, a qual transfere para abril do ano que vem as eleições municipais, fazendo — as coincidir com as eleições presidenciais, que seriam assim antecipadas. O parlamentar pernambucano, na sua pregação em plenário em favor da emenda Saulo Queiroz, falou com parlamentares de todos os partidos. Do senador Humberto Lucena, presidente do Senado, ouviu a ponderação de que uma iniciativa dessa ordem, para ter sucesso, necessitaria, antes de tudo, de um acordo geral que incluísse o Palácio do Planalto. Mesmo o deputado José Genoíno, do PT, disse que como recurso final poderia apoiar a emenda Saulo Queiroz. O senador baiano Jutai Magalhães aceita em princípio a solução contida na emenda.

O deputado Maurílio Ferreira Lima levanta como principal argumento a favor do adiamento das eleições municipais o alto custo de que elas se revestiriam, se realizadas isoladamente. Diz ele que, embora não faça política fisiológica, irá gastar em torno de Cz\$ 10 milhões só com a propaganda eleitoral dos seus candidatos a prefeito e a vereador. Conta que o deputado Inocêncio de Oliveira, do PFL, confidenciou-lhe que suas despesas com eleições municipais estão estimadas em torno de Cz\$ 60 milhões. A receptividade que a ação política desenvolvida ontem por Maurílio encontrou junto a seus pares demonstra que há um forte, mas silencioso movimento dentro do Congresso e da Constituinte a favor da prorrogação, para o ano que vem, das eleições municipais. «Era só o que faltava», denuncia, em tom de desabafo, o senador Mário Covas, líder do PMDB.

O deputado Ubiratan Aguiar, do PMDB do Ceará, afirma que a maioria quer da Constituinte o adiamento para 89 das eleições municipais. Só que não confessa de público. Para o PMDB era só o que faltava, como declara Mário Covas, tendo em vista que durante o período do regime autoritário o partido denunciou e condenou de forma veemente todas as prorrogações de eleições municipais já ocorridas no País. Há quem acredite, no entanto, que as eleições municipais, ao invés de serem adiadas, ficarão inviabilizadas nos seus prazos, tendo em vista as atividades da Constituinte. O deputado cearense Ubiratan Aguiar acredita que aprovado o mandato de cinco anos para Sarney, o movimento em favor da prorrogação das eleições municipais se tornará irreprimível, de acordo com sua opinião.

## Cinco anos em ascensão

Em conversa informal ontem no plenário da Constituinte, o senador Mário Covas, líder do PMDB, afirmou que dado o conjunto das poderosas forças políticas reunidas em torno do Palácio do Planalto tudo indica que o mandato de cinco anos para o presidente Sarney ser a aprovado pela Constituinte. Segundo ainda sua opinião, os governadores que compareceram à reunião de anteontem em Brasília, convocada pelo presidente Sarney, deram com sua presença respaldo político ao mandato de cinco anos. Dado importante por ele citado: governadores como Orestes Quércia, de São Paulo, que em outros tempos chegaram a admitir os quatro anos de mandato, refluíram dessa posição para se alinhar no grupo dos que defendem os cinco anos.

Outro líder do PMDB, o deputado Ibsen Pinheiro, reconhece que os cinco anos de mandato para Sarney são hoje favoritos na Constituinte. Mas como no esporte, favoritismo não indica antecipadamente vitória. O deputado Ib-

sen Pinheiro explicou ainda aos jornalistas o comportamento político discreto cumprido por ele como líder. Não concorda, por exemplo, com a política econômica do Governo, identificada com a cartilha do FMI, mas se reserva o direito de não fazer a ela críticas em público, pois tem consciência da delicadeza do processo de transição política, onde o PMDB, segundo sua avaliação, é a principal estaca de sustentação. «Se retirarmos essa estaca, o edifício pode desabar», acentuou.

— *de Brasília*